

## A EDUCAÇÃO AO FIM DO IMPÉRIO

Nota da Redação:Extraído do livro:"Le Brésil en 1889"

publicado sob a direção de  
M.F.J. de Santa-Anna Nery  
pela Livraria Charles De-  
lagrave - Paris, 1889. (\*)

Instrução Pública

Pelos Srs. de Santa-Anna Nery, Barão de Saboia, L. Cruls, e Contra-Almirante Barão de Teffé.

O ensino primário no Brasil é da competência da pro  
víncia e das municipalidades, com exceção do "Município Neutro"  
em que é atribuição do Ministro do Império. O ensino secundário  
depende dos governos das províncias; o Estado, entretanto, man-  
tém dois estabelecimentos secundários em duas províncias e no  
Rio de Janeiro, tanto este ensino, como o primário, estão sob  
sua dependência. Só o ensino superior constitui de fato monopó-  
lio do Estado que lhe estabelece os graus e dispõe de estabele-  
cimentos especiais onde ele é ministrado.

Nossas municipalidades, e sobretudo nossas províncias,  
têm liberdade para escolher o pessoal docente, fixar programas,  
adotar métodos e criar escolas. Não lhes impõe o Estado qualquer  
pressão administrativa, qualquer direito de inspeção. Os exames  
que exige dos candidatos de qualquer proveniência que se queiram  
inscrever nos estabelecimentos de ensino superior são o único  
meio que se reservou para influir sobre a instrução primária e  
secundária.

O ensino primário é gratuito em todo o país, em virtu-  
de do artigo 179, parágrafos 32 e 33 do capítulo VIII da Consti-  
tuição brasileira de 25 de março de 1824, e o Ato adicional de  
12 de agosto de 1834 declarou "que compete às Assembleias das  
províncias legislar sobre a instrução pública e os estabelecimen-

---

(\*) Tradução.

tos destinados a ministrá-la", excetuando-se aqueles consagrados ao ensino superior então existentes e todos os demais que fossem futuramente criados por uma lei geral do Estado.

O ensino primário é obrigatório em certas províncias; em outras permanece facultativo.

Quanto à laicidade, é esta uma palavra que ainda não consta de nosso vocabulário pedagógico. A instrução religiosa é ministrada em quase todos os nossos estabelecimentos escolares e, de maneira geral, por leigos, sem que disso haja resultado até hoje qualquer incoveniente.

É muito difícil acompanhar a evolução por que passou o ensino primário no Brasil, pois, para fazê-lo de maneira completa, seria preciso possuir todas as leis, todos os regulamentos, todos os orçamentos e a lista de todas as fundações das vinte províncias do Império, senhoras de sua própria organização escolar; seria preciso, além disso, acrescentar-lhes todos os dados referentes ao "Município Neutro", formado pela capital do Império, pois, nessa fração nacional que se resume na cidade do Rio de Janeiro e seus subúrbios, o ensino público, mesmo o primário e o secundário, é confiado ao Estado e foi anexado ao Ministério dos Negócios do Interior, da Cultura e da Instrução Pública. Entretanto, cremos ser possível aproximarmo-nos da verdade, se nos documentarmos nos "Relatórios dos Ministros do Império", nos "Relatórios dos Presidentes das Províncias" e no Almanaque de Laemmert publicado no Rio de Janeiro.

Segundo essas fontes, havia, em 1869, em todo o Império, apenas 3.516 escolas públicas primárias, freqüentadas por 115.735 alunos dos dois性os, ou seja, uma escola para 2.394 habitantes livres, em uma população de 8.419.672 habitantes, de acordo com o recenseamento de 1872. Esse mesmo recenseamento tendo constatado que 1.902.424 habitantes livres tinham idade escolar - de seis a quinze anos -, resulta que, em 1869, o Brasil possuia uma escola para 541 crianças.

Cinco anos mais tarde, em 1876, já se contavam em todo o Império quase 6.000 escolas públicas primárias freqüentadas por cerca de 200.000 alunos dos dois性os, isto é, uma escola para 1.250 habitantes livres ou uma escola para 314 habitantes livres em idade escolar.

Cinco anos depois, em 1882, o Ministro do Império, Sr. Leão Velloso, calculava em 6.350 o número de escolas primárias freqüentadas em todo o Império por mais de 200.000 alunos. Segundo seu relatório, desde 1882 o número de alunos havia aumentado de 27.632 e o das escolas, de 831.

Atualmente, o número das escolas primárias, tanto públicas quanto particulares, não deve ser, em todo o Império, inferior a 7.500 e o dos alunos não deve estar longe de 300.000. Nosso cálculo baseia-se nos dados que possuímos sobre algumas províncias. Em São Paulo, onde, segundo o conselheiro Leão Velloso, havia, em 1882, 774 escolas primárias, em 1886 já havia 1.034, ou seja, 260 mais, de acordo com os dados estatísticos oficiais da Província que, aliás, não mencionam as escolas primárias particulares; o número de alunos ali também aumentou, ao mesmo tempo, de 14.186 para 15.689, isto é, mais 1.503. Na província do Amazonas, onde o relatório ministerial assinalava, em 1882, apenas 86 escolas com 2.350 alunos, o presidente Jansen Ferreira mencionava, em 1884, 90 escolas públicas primárias (sem falar nas particulares) com 3.154 alunos, ou seja, um aumento, em dois anos, de 4 escolas e 804 alunos.

\* \* \*

O ensino secundário é regido pelas mesmas leis que regem o ensino primário, quanto ao princípio de descentralização. Sua diferença é que não é obrigatoriamente gratuito. O Estado não lhe intervém na regulamentação senão para determinar as matérias exigidas para as inscrições nos cursos superiores de que detém, de fato, o monopólio. Entretanto, por estranha exceção, o Estado mantém 2 estabelecimentos de ensino secundário em 2 províncias: são os cursos preparatórios anexos às Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife. Em 1887 os cursos preparatórios de São Paulo foram freqüentados por 301 alunos e os de Recife, por 235.

À parte essas duas instituições, todos os demais estabelecimentos de ensino secundário existentes nas Províncias, estão sob a dependência dos governos locais que os mantêm, ou bem fazem parte de colégios particulares. Na cidade do Rio de Janeiro, em que o ensino em todos os níveis depende, excepcionalmente, do Estado, existem vários tipos de estabelecimentos

secundários. Uns são inteiramente públicos e o Estado provê ao seu funcionamento; outros são particulares e não têm qualquer ligação oficial; outros, ainda, são simplesmente subvencionados pelo Estado sem, todavia, deixar de ter existência própria. Na realidade, pode-se, pois, dizer que o ensino público secundário no Brasil é livre, com monopólio do Estado.

O primeiro dos estabelecimentos do Estado é o "Colégio Imperial de Dom Pedro II", no Rio de Janeiro. Mantém cursos elementares e secundários e compõe-se de um externato e um internato. Os estudos coroam-se com um diploma de bacharel em letras, que facilita aos que o obtêm a inscrição nos diversos cursos superiores, sem necessidade de prestarem exame de admissão. É, aliás, o único estabelecimento que confere esse grau. Foi freqüentado em 1887 por 569 alunos, dos quais 12 saíram bachareis em letras.

Entre os estabelecimentos que o Estado subvenciona no Rio de Janeiro, destacam-se: o Instituto Farmacêutico que ministra cursos de humanidades para inscrição nas escolas superiores e é freqüentado, todos os anos, por 400 alunos em média; e o curso noturno para o sexo feminino, em que se ensina religião, português, italiano, francês, inglês, alemão, latim, geografia e matemática elementar. Foi freqüentado, em 1887, por 129 moças.

No Rio de Janeiro, conta-se com um grande número de estabelecimentos particulares de ensino secundário, freqüentados por cerca de 4.000 alunos de ambos os sexos. Alguns dos estabelecimentos secundários dirigidos por particulares são realmente extraordinários do ponto de vista do pessoal docente, dos métodos, do material e da superioridade dos estudos.

Fora da capital, todas as Províncias consideram um dever e como um ponto de honra possuir e manter pelo menos um Liceu e uma Escola Normal primária no seu centro principal.

Em 1882, segundo dados estatísticos do Ministério, havia em todo o Império (com exceção da capital), 292 estabelecimentos de ensino secundário, com 1.228 cátedras e 10.427 alunos, sem falar dos numerosos estabelecimentos particulares. *Nuns* como nos outros o fato mais extraordinário é a importância que professores e alunos emprestam à cultura das línguas vivas. É

raro que os alunos formados nesses estabelecimentos não conheçam o francês e o inglês. Muitos leem italiano e alemão. Em compensação a instrução geral e o estudo das línguas mortas parecem menos cuidados do que em França.

\* \* \*

O ensino superior está todo em mãos do Estado. Esse ensino não pode ser imediatamente descentralizado no Brasil onde os grandes centros de população são bastante raros e onde a instalação de estabelecimentos especiais absorveria todos os recursos das Províncias já oneradas por outras despesas públicas mais urgentes. O Estado mantém, portanto, todos os estabelecimentos desse gênero atualmente existentes, reservando-se a colação dos graus. De alguns anos para cá o ensino superior tomou um grande impulso, e a escola politecnica, reorganizada, tornou-se <sup>Lume - Escola de Centro Universitário em via</sup> de formação. Quando houvermos completado a organização do ensino superior, através da criação de verdadeiras faculdades de ciências e letras, agrupando em torno de uma real Universidade todos os nossos estabelecimentos, hoje sem qualquer ligação, teremos realizado o progresso que inda nos resta atingir.

Não possuímos, realmente, senão escolas especiais para proporcionar o ensino superior. Faltam-nos ainda os altos estudos, a suprema cultura científica e literária. Atiramo-nos ao mais urgente, isto é, à formação de homens de que nos pudessemos utilizar imediatamente. Formamos inúmeros engenheiros, advogados e médicos mas ainda muito poucos sábios dignos desse nome.

Os principais estabelecimentos de ensino superior que possuímos no Brasil são: as duas faculdades de direito de São Paulo e Recife; as duas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia; a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a Escola de Minas de Ouro Preto.

\* \* \*

Faculdades de Direito - Nas duas faculdades, de São Paulo, ao sul e de Recife, ao norte do Brasil, o curso é de cinco anos. Têm cada uma, onze cátedras, ocupadas por professores

titulares a que são adjuntos seis substitutos ou agregados. O método seguido é bastante rigoroso, partindo-se do direito natural e do direito antigo como base, para se chegar à processualística e ao direito convencional administrativo. Este método tem produzido os melhores resultados. Os estudantes podem formar-se bachareis em direito ao fim de cinco anos de estudos. Esse grau lhes dá acesso à magistratura em pé ou sentada, permite-lhes ocupar certos postos governamentais e exercer a profissão de advogado. Os brasileiros diplomados em uma faculdade de direito estrangeira podem exercer a profissão de advogado em seu país, esse diploma, entretanto, não confere aos seus detentores a faculdade de serem nomeados para funções públicas, para as quais se exige o grau correspondente no Brasil.

Para ser professor da Faculdade, é indispensável o grau de doutor. O de licenciado não existe sob essa denominação.

A faculdade de Recife teve, em 1887, 885 alunos inscritos, dos quais 106 formaram-se bachareis e um recebeu o grau de doutor. Em São Paulo houve 444 alunos e 67 bachareis.

\* \* \*

Faculdades de Medicina (1) - Conquanto sejam poucos os brasileiros que, antes de entrar no exercício de sua profissão ou de concorrer a um dos lugares de professorado, não visitem primeiramente a Europa para aperfeiçoar seus conhecimentos médicos, e ali se dedicarem ao estudo prático de alguma especialidade, e alguns mesmo para disputarem o título de doutor das faculdades de medicina de Paris ou Montpellier e conquanto, por estes vários motivos, no Brasil se tenha estado ao corrente da literatura médica e cirúrgica dos países mais adiantados da Europa, como a França, a Alemanha e a Inglaterra, ainda assim é deficiente o ensino da medicina naquele país, principalmente sob o ponto de vista prático.

---

(1) O artigo referente às faculdades de medicina é de autoria do Barão de Saboia, decano e professor de clínica cirúrgica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, médico de suas majestades o Imperador e a Imperatriz do Brasil, membro correspondente da Academia de Medicina de Paris e da Sociedade de Cirurgia dessa mesma cidade, membro correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa, etc.

Na época da independência do Brasil, duas escolas de medicina foram criadas, uma no Rio de Janeiro e outra na sede da província da Bahia, e sofreram duas reformas, uma em 1851 e outra em 1854; esta última, a mais importante, foi realizada por M. Pedreira (visconde do Bom Retiro). Depois da reforma de 1854 o ensino da medicina <sup>teórico</sup> teorizou-se relativamente mais completo e adquiriu maior desenvolvimento com a criação das cadeiras de química orgânica, de anatomia geral e patológica, de patologia geral e de farmácia. Os estudos eram então divididos em seis anos, havendo ao todo dezoito cadeiras, quando antes havia apenas quatorze. O ensino era totalmente teórico. As cadeiras de química mineral, de química orgânica, de física, de farmácia e de medicina legal e toxicológica, dispunham de um pequeno gabinete destinado ao preparo das demonstrações práticas durante as aulas, de uma pequena sala com três mesas para as dissecações anatômicas e de apenas um ou dois microscópios para o estudo de histologia. Esse ensino não correspondia às exigências da ciência moderna que então se traduzia pelos grandes progressos alcançados pelos estudos práticos nas ciências médicas e nas especialidades em que se dividiram em quase todos os países da Europa, sobretudo na Alemanha.

Nas memórias históricas e nos relatórios enviados pelas faculdades do Brasil, tentava-se acabar com esse estado de coisas, chamando a atenção e a boa vontade do governo para a necessidade urgente de suprir os gabinetes existentes com todos os recursos indispensáveis ao ensino prático. Em 1869, o Ministro do Império, João Alfredo Corrêa de Oliveira, atendendo às reclamações feitas pelas faculdades e reconhecendo aquele estado de coisas, baixou instruções no sentido de que os vários gabinetes fôssem providos dos aparelhos e instrumentos mais necessários e de que se criasse um laboratório farmacêutico onde os alunos de farmácia e os sexto anistas de medicina pudessem exercitar-se nas manipulações. Os gabinetes foram providos de instrumentos, mas o ensino continuou a ser unicamente teórico, sem qualquer atrativo para os alunos, com exceção das clínicas médicas e cirúrgicas onde êles encontravam todos os elementos de instrução no magnífico e grandioso Hospital da Misericórdia.

Em 1871, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro encarregou-me de estudar a organização das faculdades de medicina mais importantes da Europa. Em 1872, de volta de minha missão, apresentei um relatório muito minucioso sobre a organização das faculdades de medicina da França, Itália, Áustria, Alemanha, Bélgica e Inglaterra. Apesar desse relatório e de outros que foram apresentados sobre o mesmo assunto por professores enviados à Europa a fim de estudar certas matérias do ponto de vista prático, o ensino da medicina no Brasil permanecia estacionário.

Em 1878, o Sr. Leoncio de Carvalho, Ministro do Império, encarregou-me de apresentar um plano de reforma das faculdades de medicina, baseado no ensino livre que ele pretendia estabelecer. Esse projeto de reforma, entregue e publicado dois meses depois, serviu de base ao decreto de 19 de abril de 1879; alguns acreditavam ser este o primeiro passo no caminho da decadência de nosso ensino superior; na minha opinião, foi o primeiro golpe vibrado contra a ignorância e a retórica de nossa educação científica. Como esse decreto ressaltava ainda mais a insuficiência de nosso ensino superior, o professor Pertence, em uma série de conferências pronunciadas em 1880 sobre o assunto, propôs a criação de uma Universidade como meio de reerguer esse ensino. Com essa finalidade o governo adquiriu terrenos, arquitetou planos e deu início aos trabalhos. Fui então nomeado deão da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, sabendo quão lenta seria a construção dos novos edifícios, procurei executar o projeto de reforma apresentado em 1879. Neste sentido obtive de alguns particulares contribuições em dinheiro que montaram a cerca de 480.000 francos e, por uma soma pouco elevada, adquiri terrenos e edifícios, contíguos à Faculdade de Medicina, pertencentes ao Hospital da Misericórdia. Em poucos meses apropriei e preparei sucessivamente os locais onde deveriam ser instalados os laboratórios em número igual ao das cadeiras destinadas ao ensino médico. Além das dezoito cadeiras já existentes, criei mais oito, a saber: anatomia e fisiologia patológica, clínica obstétrica e ginecológica, clínica de moléstias infantis, clínica de moléstias cutâneas e sifilíticas, clínica oftalmológica, clínica psiquiátrica, uma segunda de clínica cirúrgica. Estabe-

leci, ao mesmo tempo, um museu anátomo-patológico que contém hoje uma esplêndida coleção de peças anatômicas normais e patológicas, naturais ou modeladas em cera, e abri quatorze laboratórios onde estão instalados todos os aparelhos e instrumentos necessários à instrução prática dos alunos.

Essa reforma, feita com autorização do governo, mas realizada únicamente com os recursos provenientes da generosidade da particulares precisava, para se tornar permanente, de que o corpo legislativo votasse fundos para as despesas decorrentes da criação das oito novas cátedras e do estabelecimento do ensino prático. A oposição levantada na Câmara dos Deputados e sobretudo no Senado contra o aumento de despesas exigidas pela criação das novas cátedras e dos lugares de adjuntos e preparamadores, tomou tal proporção que o projeto de reforma certamente teria sossobrado sem o apoio poderoso de S.M. o Imperador e sem os esforços dispendidos pelo seu autor, quer junto a amigos, quer junto à imprensa. É preciso dizer que no Senado, os Srs. Affonso Celso (visconde de Ouro Preto) e Leão Velloso, então ministro do Império, contribuiram poderosamente para sua adoção, fazendo valer a necessidade, o valor e a importância dessa reforma.

Os espíritos desinteressados e os estrangeiros que, de passagem pelo Rio de Janeiro, visitam a Faculdade de Medicina, seu Museu, seus laboratórios, reconhecem que essa Faculdade está hoje no nível das melhores escolas da Europa e que na América do Sul não há outra que se lhe compare. Isto é fácil de se comprovar lendo a descrição sumária de sua organização, em tudo semelhante, aliás, à da Faculdade de Medicina da Bahia.

A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, como a da Bahia, outorga, depois de estudos regulamentares, diplomas de doutor em medicina, de farmacêutico, de dentista e de parteiro. Os cursos dividem-se em cursos de medicina, de farmácia, de odontologia e de obstetrícia. As cadeiras destinadas ao ensino são em número de vinte e seis e servem conjuntamente aos cursos de medicina e seus anexos, distribuindo-se da seguinte maneira: 1º física médica; 2º química inorgânica e mineralogia; 3º botânica e zoologia médica; 4º anatomia descritiva; 5º química orgânica e biologia; 6º histologia normal; 7º patologia geral;

8<sup>a</sup> fisiologia humana; 9<sup>a</sup> anatomia e fisiologia patológica; 10<sup>a</sup> patologia médica; 11<sup>a</sup> patologia cirúrgica; 12<sup>a</sup> partos; 13<sup>a</sup> matéria médica e terapêutica; 14<sup>a</sup> anatomia cirúrgica e operações; 15<sup>a</sup> farmacologia e arte de formular; 16<sup>a</sup> medicina legal e toxicologia; 17<sup>a</sup> higiene e história da medicina; 18<sup>a</sup> clínica de partos e ginecologia; 19<sup>a</sup> e 20<sup>a</sup> clínica médica; 21<sup>a</sup> e 22<sup>a</sup> clínica cirúrgica; 23<sup>a</sup> clínica médica e cirúrgica de crianças; 24<sup>a</sup> clínica de moléstias cutâneas e sifilíticas; 25<sup>a</sup> clínica oftalmológica; 26<sup>a</sup> clínica psiquiátrica. Cada cátedra tem um professor catedrático, um adjunto, um preparador e dois assistentes, com exceção das cadeiras de patologia geral, de patologia cirúrgica, de patologia médica e de partos que têm apenas o catedrático.

O ensino compreende os cursos teóricos os cursos práticos e as clínicas.

O Ensino Prático - Existem, nas faculdades de medicina do Brasil, quatorze laboratórios; 1<sup>o</sup> física; 2<sup>o</sup> química inorgânica, com um gabinete mineralógico; 3<sup>o</sup> botânica, com um gabinete zoológico; 4<sup>o</sup> química orgânica e biológica, com um gabinete de bacteriologia; 5<sup>o</sup> fisiologia; 6<sup>o</sup> histologia; 7<sup>o</sup> anatomia patológica; 8<sup>o</sup> terapêutica experimental; 9<sup>o</sup> farmácia; 10<sup>o</sup> higiene; 11<sup>o</sup> toxicologia; 12<sup>o</sup> anatomia descriptiva; 13<sup>o</sup> cirurgia dentária; 14<sup>o</sup> operações cirúrgicas. Cada um desses laboratórios está sob a direção do professor catedrático e serve à instrução prática dos alunos e às pesquisas científicas. O pessoal de cada laboratório compõe-se; 1<sup>o</sup> do diretor que é o professor catedrático; 2<sup>o</sup> de um adjunto especialmente encarregado do ensino prático; 3<sup>o</sup> de um preparador, doutor em medicina, farmacêutico ou dentista (conforme o laboratório); 4<sup>o</sup> de dois assistentes. Os quatorze laboratórios da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro estão bem instalados e contêm todos os instrumentos e aparelhos necessários ao estudo dos alunos que se exercitam nas preparações e manipulações em uma sala comum; os professores, os adjuntos e os preparadores têm, cada um, um gabinete especial destinado aos seus trabalhos. A sala das dissecações anatômicas, suficientemente grande e arejada, tem o chão de mármore e as paredes de cerâmica até uma altura de 3 metros.

Existem trinta e seis mesas cobertas de mármore para o trabalho dos alunos, uma grande coleção de desenhos anatômicos pendurados nas paredes e peças plásticas para os orientar em suas preparações; os cadáveres são conservados em uma geladeira especial, construída segundo as indicações fornecidas pelo deão da Faculdade e que resolveu, em parte, por um processo engenhoso, o difícil problema de se ter sempre, em um país de clima quente, cadáveres para dissecação e estudos anatômicos. O laboratório de histologia, instalado de maneira a permitir o trabalho de 80 alunos ao mesmo tempo, contém cerca de 90 microscópios, micróticos, gaiolas, reagentes, enfim, tudo o que diz respeito à técnica moderna. Em uma sala contígua à das dissecações anatômicas, realizam-se as autópsias das diferentes clínicas; essas autópsias são feitas pelos adjuntos e o preparador do professor de anatomia patológica, auxiliados pelos adjuntos da clínica e diante dos estudantes, sendo todas <sup>consignadas</sup> pormenorizadamente em um registro especial, colocado na secretaria da Faculdade. Uma cópia de cada caso é enviada ao chefe do Serviço onde esteve o doente.

Além dos exercícios práticos de toxicologia, que são feitos no respectivo laboratório, realizam-se também conferências sobre medicina legal no Necrotério, estabelecimento igualmente destinado ao ensino médico, que nada fica a dever aos da Europa.

O laboratório de higiene foi instituído não só para a instrução dos alunos como para o serviço sanitário ou para a análise de tudo o que pode interessar à saúde pública. O pessoal desse laboratório é um pouco diferente: além do pessoal da própria Faculdade, há um comissário do governo, nomeado por indicação do deão e quatro químicos assistentes, membros do conselho geral de saúde pública; têm como atribuição, não só fazer a análise dos produtos exigida pelo governo ou pelo inspetor geral da saúde pública, como as solicitadas por particulares.

Ensino Clínico - É ministrado no Hospital da Misericórdia, vasto estabelecimento que contém mais de 1.200 leitos. Esse hospital está sob a direção de uma comunidade leiga que, em troca de certas prerrogativas concedidas pelo governo, põe algumas de suas salas à disposição da Faculdade para lhe atender às necessidades do ensino clínico que compreende duas clínicas ci-

rúrgicas, duas clínicas médicas, uma clínica de partos (obstetrícia) e ginecologia, uma clínica mista de crianças, uma clínica oftalmológica, uma clínica de moléstias cutâneas e sifilíticas e uma clínica psiquiátrica. A clínica psiquiátrica é feita no Hospício Dom Pedro II, magnífico estabelecimento que hospeda cerca de 800 alienados, sob a mesma administração do Hospital da Misericórdia.

Como complemento de seu ensino, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro possui um museu anátomo-patológico e uma grande biblioteca, além da biblioteca de cada laboratório. O museu anátomo-patológico compõe-se de magníficas peças secas relativas à anatomia normal e patológica e de preparações em cera, representando casos interessantes observados nas clínicas e relativos à patologia brasileira. A biblioteca está instalada em um grande edifício de dois corpos situado em frente à Faculdade; possui mais de 36.000 volumes, em português, francês, inglês, alemão, italiano, espanhol e latim. Mais de 120.000 publicações periódicas em várias línguas enriquecem-lhe anualmente a coleção. A biblioteca está aberta todos os dias, de 9 horas da manhã às 2 hs. da tarde e de 6 às 9 hs. da noite. O Sr. Carlos Costa, atual bibliotecário, começou a reunir, desde 1885, sob o título de Anuário Médico Brasileiro, os trabalhos dos médicos brasileiros relativos às ciências médicas, do qual já publicou dois volumes.

Nesse mesmo ano de 1885 organizou com pleno êxito uma exposição exclusivamente constituida de trabalhos brasileiros sobre ciências médicas. A faculdade, por sua vez, edita uma Revista dos Cursos Teóricos e Práticos de que já saíram oito números de 250 a 350 páginas in - 8º, e onde se encontram trabalhos originais relativos à medicina, aos estudos práticos e as aulas mais importantes sobre os casos encontrados na clínica, acompanhados, todos, de observações pormenorizadas.

O pessoal das faculdades de medicina é constituído por um diretor (ou deão), de um vice-diretor, de professores catedráticos, substitutos, preparadores e preparadores-auxiliares; de um secretário, um sub-secretário, dois guarda-livros, um bibliotecário, um bibliotecário-auxiliar, um diretor do museu, um modelador em cera, um porteiro e conservadores em número igual aos dos laboratórios. O diretor e o vice-diretor são escolhidos pelo

governo entre os professores. O vice-diretor substitui o diretor em casos de impedimento do primeiro que tem a direção de todo o pessoal da Faculdade e preside às reuniões plenárias que sob o nome de Congregação se compõe de todos os professores catedráticos e tem por objetivo discutir todas as questões relativas à direção científica da Faculdade e aos concursos. Os professores são todos nomeados por decreto, cabendo à Faculdade apresentar uma lista composta no máximo de três nomes, escolhidos entre os candidatos que obtiveram em concurso a maioria de votos. Para esse concurso são admitidos, não só os doutores em medicina de nacionalidade brasileira, diplomados por uma das faculdades do Império ou do estrangeiro, como também os doutores em medicina de qualquer nacionalidade que falem correntemente português ou francês que tenham previamente colado grau de doutor em medicina em uma das faculdades do Brasil. Se, através do concurso, um estrangeiro for nomeado professor, deverá naturalizar-se brasileiro antes de tomar posse de sua cadeira. As provas para esse concurso são organizadas da seguinte maneira: 1º apresentação de tese impressa, cujo assunto será escolhido pelo candidato e uma argumentação verbal, sustentada em público, contra cada um dos concorrentes ou contra cinco professores catedráticos no caso de não haver senão um concorrente; 2º uma composição escrita sobre uma questão sorteada entre uma série de questões redigidas por uma comissão de professores nomeados nessa ocasião; 3º uma lição oral, em público, de uma hora, sobre assunto sorteado com 24 horas de antecedência; 4º uma prova prática relacionando-se a experiências ou preparações relativas ao objeto do concurso, prova essa seguida de explicações que justifiquem a técnica empregada nas preparações, nas análises, etc.; 5º uma prova oral de meia hora sobre uma questão sorteada; concede-se ao candidato uma hora para refletir, sem auxílio de qualquer nota manuscrita ou impressa.

Os professores recebem vencimentos anuais de 12 mil francos e os de clínica, 13.500 francos. Ao fim de 25 anos de professorado, têm direito à aposentadoria com dois terços dos vencimentos, além de serem agraciados com o título honorário de membros do conselho de Sua Majestade; depois de 30 anos de professorado são aposentados compulsoriamente com todos os vencimentos.

Os substitutos também são nomeados por decreto, através de concurso, cujas provas são idênticas às do professorado, com exceção da defesa de tese e da prova oral precedida de uma hora de reflexão. São os substitutos nomeados professores, o tempo em que exerceram as funções de substituto contará para a aposentadoria. Se não chegam ao professorado e caso queiram, ao fim do período de dez anos, continuar como substitutos, têm que se submeter a novo concurso. Os substitutos recebem 6 mil francos por ano.

Também os preparadores são nomeados por concurso. Os doutores em medicina, os farmacêuticos e os dentistas podem candidatar-se, os primeiros aos laboratórios de cirurgia e os outros aos de ciências físicas, químicas e naturais. O concurso consta de uma prova escrita, de uma prova prática e de uma exposição oral, de meia hora, com vinte e quatro horas de preparo prévio, sobre uma questão sorteada. Os vencimentos dos preparadores também são de 6 mil francos por ano.

A freqüência, quer aos cursos teóricos, quer aos cursos práticos, é absolutamente facultativa; nenhum aluno, entretanto, pode prestar exames sem um certificado do professor ou do substituto, declarando ter ele executado nos laboratórios e sob a direção dos chefes dos serviços práticos ou dos preparadores, um determinado número de preparações ou de pesquisas discriminadas no regulamento, o que de certa maneira torna obrigatória a freqüência aos cursos práticos.

Todo aluno que aspirar ao título de doutor em medicina de qualquer uma das Faculdades do Brasil deverá apresentar, quer antes, quer na ocasião de <sup>se</sup> inscrever para o primeiro exame, o diploma de bacharel em letras do Colégio D. Pedro II ou um certificado declarando que prestou com êxito, diante de um juri constituído pelos professores desse colégio, ou diante de uma das bancas examinadoras nomeadas, todos os anos, pelo governo, nas Províncias, exames sobre as seguintes matérias: português, francês, latim, inglês, alemão, história geral, história do Brasil, geografia, aritmética, álgebra, geometria, trigonometria, filosofia, noções de física, química e história natural.

A taxa cobrada para cada ano ou para cada exame é de 253 francos, pagos à vista no ato da inscrição para o exame, ou em duas vezes, metade no mês de março e metade em outubro. Os candidatos ao diploma de farmacêutico pagam todos os anos a mesma taxa; devem apresentar, no momento da inscrição, um certificado dos mesmos exames exigidos para o estudo da medicina, com exceção da língua alemã, de filosofia<sup>e</sup> de história. Para os concursos de odontologia não são exigidos senão conhecimentos das línguas portuguêsa, inglesa, francesa, de aritmética e geometria. Para os cursos de obstetrícia e partos são apenas exigidas as línguas portuguêsa e francesa, a geometria e noções de física e história natural.

Para obter o diploma de doutor em medicina o candidato deve prestar oito exames e defender uma tese. Primeira série: física médica, química inorgânica, mineralogia, botânica e zoologia médicas. Segunda série: anatomia descriptiva, histologia humana, química orgânica e biológica. Terceira série: fisiologia humana, anatomia e fisiologia patológicas, patologia geral. Quarta série: patologia médica, patologia cirúrgica, matéria médica e terapêutica. Quinta série: partos, anatomia cirúrgica, operações e aparelhos, farmacologia e arte de receitar. Sexta série: medicina legal e toxicologia, higiene e história da medicina. Sétima série: clínicas médica e cirúrgica, clínica obstétrica e ginecológica. Oitava série: clínicas médica e cirúrgica da criança, clínica oftalmológica, clínica de doenças cutâneas e venéreas, clínica psiquiátrica.

Para obter o diploma de farmacêutico o candidato deve prestar três séries de exames. Primeira série: física, química inorgânica e mineralogia. Segunda série: obstetrícia, clínicas obstétrica e ginecológica.

Para obter o diploma de parteiro o candidato deve prestar duas séries de exames. Primeira série: anatomia descriptiva, fisiologia geral e, mais especialmente, a fisiologia dos órgãos gênito-urinários da mulher, farmacologia, higiene das mulheres grávidas e das parturientes. Segunda série: obstetrícia, clínicas obstétrica e ginecológica.

Para o diploma de dentista o candidato deve prestar três séries de exames. Primeira série: física elementar, química inorgânica, anatomia descriptiva e topográfica da cabeça. Segunda série: histologia e fisiologia dentárias, patologia dentária e higiene da boca. Terceira série: terapêutica dentária, cirurgia e prótese dentárias.

fracassa na prova prática ou que obtém má nota na escrita não faz a prova oral, perde o depósito relativo aos direitos de exame e não pode apresentar-se novamente senão depois de um prazo fixado pelo Juri. Os candidatos defendem suas teses, ao fim da oitava série, sobre um assunto de sua própria escolha dentre os diversos constantes de uma lista organizada todos os anos pela Faculdade. No dia da colação de grau de doutor em medicina, realiza-se na Faculdade uma sessão solene, à qual assistem, no Rio de Janeiro, a família imperial, o corpo diplomático, os ministros e a elite da sociedade. É também nessa sessão que se faz a entrega dos dois prêmios: um instituído por um médico inglês, Dr. Gunning, que reside há longos anos no Brasil e outro, pelo barão de Ibituruna. O primeiro consiste em uma determinada quantia concedida ao aluno que completou seus estudos médicos ou farmacêuticos com distinção em todos os exames; essa quantia destina-se a prover às necessidades do aluno na Europa, para onde deve seguir, durante um período fixado pela Faculdade, a fim de fazer estudos práticos de ciências naturais. O segundo que tem o nome de prêmio Manoel Feliciano, é concedido ao aluno que escrever a melhor tese sobre clínica cirúrgica e que tenha sido aprovado com distinção. Esse prêmio é anual e consiste em uma medalha de ouro que o candidato traz ao pescoço, amarrada a uma fita fermelha.

As faculdades de medicina têm o direito de permitir a um médico do país ou do estrangeiro que faça um curso livre, sob a condição, todavia, de submeter previamente à Congregação o programa do curso que deseja seguir e de arcar com as despesas dos diversos objetos necessários às demonstrações práticas.

Cada Faculdade apresenta ao governo, de dois em dois anos, o nome de um de seus professores ou substitutos com a recomendação de que os mesmos sejam enviados ao estrangeiro, à custa do Estado, a fim de estudar os progressos realizados nas ciências médicas e nos métodos de ensino e observar os estabelecimentos e as instituições de medicina mais importantes. O Estado, no intuito de estimular os professores e substitutos a escreverem obras ou memórias em português, paga as despesas e a impressão de todo trabalho considerado digno de ser publicado pela Congregação ou uma Comissão nomeada ad hoc pelo governo e qual, além da impressão gratuita, pode conceder um prêmio de 5 mil francos.

Enfim, as faculdades de medicina estão sob a dependência do Ministro do Império. Os respectivos orçamentos, propostos pelos decanos, com a aprovação dos ministros, são votados todos os anos pelo corpo legislativo. A quantia votada o ano passado para cada faculdade está assim discriminada: corpos docentes - 510 mil francos; pessoal da secretaria, da biblioteca e dos laboratórios - 257 mil francos; despesas com reatores, instrumentos e aparelhos de laboratório - 125 mil francos. Ao todo, para as duas faculdades, a quantia de um milhão, setecentos e noventa e cinco mil francos.

Nos dois primeiros anos subsequentes à reforma, só as despesas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro elevaram-se a um milhão e setecentos mil francos.

Os direitos de inscrição são pagos ao Tesouro Nacional e elevam-se a 1.530 francos para os alunos de medicina, a 765 francos para os de farmácia e os dentistas e a 510 francos para os parteiros. O diploma paga 500 francos de sélos e cada certificado, 3 francos. A renda anual proveniente dos direitos de inscrição, dos diplomas e dos certificados de exame, monta, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a cerca de 375 mil francos. Há 700 a 800 alunos inscritos nos cursos da Faculdade e cerca de 50 a 70 conseguem formar-se doutores em medicina.

Escola Politécnica - A Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que originou da antiga Escola Central consta de: um curso preparatório, um curso geral que todos os estudantes são obrigados a seguir e seis cursos especiais. Os estudantes que seguiram um desses cursos podem receber, ao completar os estudos, diplomas de bacharel em ciências físicas e matemáticas, de engenheiros civis, engenheiros geógrafos, engenheiros de minas ou engenheiros de artes e manufaturas. Além do ensino teórico, muito completo, proporciona-lhes a Escola gabinetes e laboratórios equipados com excelentes aparelhos. Durante as férias os alunos fazem excursões, acompanhados pelos professores e os resultados de suas observações pessoais são consignadas nos trabalhos que apresentam à Escola. Os engenheiros de obras públicas devem possuir diploma de uma escola de engenharia. Mas os diplomas de engenheiros concedidos pelas escolas estrangeiras são reconhecidos no Brasil sem necessidade de qualquer exame especial;

basta que se os registrem no Ministério de Obras Públicas. Durante o ano de 1887 freqüentaram a Escola 161 alunos, dos quais, 16 se formaram engenheiros civis, 13 engenheiros geógrafos e 21 obtiveram diploma de agrimensor.

\* \* \*

Seria-nos impossível, ao falar do ensino superior, deixar de mencionar: o Observatório Imperial do Rio de Janeiro, dirigido pelo sábio Sr. L. Cruls, laureado pelo Instituto da França, e delegado do Brasil à Conferência de Washington em 1884; o Serviço de Hidrografia, que tem à frente o eminentíssimo barão de Teffé; o Serviço Central de Meteorologia, chefiado pelo tenente Adolpho Pereira Pinheiro, e a Administração dos Faróis.

Observatório Imperial do Rio de Janeiro - O edifício atualmente ocupado pelo Observatório imperial do Rio de Janeiro foi primitivamente iniciado no século passado pelos Jesuítas, para abrigar uma igreja (1). Ocupa um retângulo de 70 metros de comprimento e 27,30 de largura, cujo lado maior estende-se no sentido da linha meridiana. Vista da lado sul, sua fachada apresenta uma bela aparência. Tem paredes muito espessas e a elevação dos terraços de cobertura que constituem o Observatório propriamente dito e sobre os quais erguem-se as construções destinadas a abrigar os instrumentos, é de 17 metros acima do nível do pátio interno. O rés do chão do edifício não pertence ao Observatório; é utilizado pelas enfermarias do Hospital Militar que fica em nível inferior ao Observatório.

De todo esse edifício, apenas duas alas, aliás bem exigüas, são solidamente cobertas por abóbadas e apresentam grande estabilidade. Uma delas é ocupada pela sala meridiana, a outra pela cúpula.

Infelizmente, o corpo central do edifício não é construído em abóbadas, de modo que essa parte do terraço de cobertura não permite a instalação de instrumentos senão na periferia formada por espessas paredes. O terraço de cobertura do

(1) Esta nota foi redigida pelo sábio diretor deste estabelecimento, Sr. L. Cruls.

noroeste é construído em abóbada, esta entretanto além de pouco sólida, é relativamente baixa e um pouco dominada pelos telhados das construções vizinhas, principalmente os da capela do Hospital Militar, o qual, ao contrário, é dominado pelos terraços do lado sul.

Tal disposição, como é fácil de ver, não se presta absolutamente à instalação de um observatório, nem é o espaço suficiente para a totalidade dos instrumentos do Observatório Imperial; em vista disso, há muito tempo reconheceu-se a necessidade imperiosa de transferir o Observatório para um terreno mais amplo e em melhores condições, problema esse de que se está tratando atualmente.

Dentre os instrumentos que constituem o vasto material do Observatório Imperial, citamos os seguintes:

Uma luneta astronômica de 34 centímetros de abertura e 8,30 metros de distância focal. Este instrumento não pôde ainda ser montado por falta de espaço. O Equatorial de 24 centímetros de abertura e 4 metros de distância focal, cuja objetiva foi executada pelos Srs. Henry, do Observatório de Paris, segundo o método de retoques locais e possui excelentes qualidades ópticas. Um foto-heliógrafo de 4 polegadas de abertura, fabricado nas oficinas de Steinheil, Munich, oferecido ao Observatório pelo Sr. Luiz da Rocha Miranda, primeiro astrônomo do Observatório. Uma luneta meridiana de 4 polegadas de abertura, de Dollond. Um Círculo mural de 4 polegadas de abertura, também de Dollond. O celostato, instrumento de grandes dimensões, montado paralelamente e destinado a observações de astronomia física de toda a espécie. A imagem de um ponto qualquer do céu e não apenas do sol como acontece com o heliostato, pode ser fixado por esse instrumento cujo telescópio tem 40 centímetros de abertura. É, além disso, munido de um telescópio de objetiva de vidros pretos para o sol; seu emprêgo facilita a instalação de aparelhos ad hoc, tais como espectroscópios, fotômetros, aparelhos de fotografia, etc. Este aparelho também ainda não está montado, por causa de falta de espaço no atual edifício.

Além desses instrumentos, o Observatório possui outros como os que passaremos a enumerar rapidamente: o Grande Azimutal, o Alt-azimute que neste momento figura na Exposição,

uma luneta zenital, provida de um micrômetro de Porro, várias lunetas de seis e quatro polegadas de abertura, uma rica coleção de instrumentos destinados a trabalhos geodésicos e topográficos, telescópios e, finalmente, um grande número de aparelhos diversos para espectroscopia, fotometria, polariscopia, fotografia etc., assim como várias pêndulas e cronômetros.

Terminaremos a nomenclatura do material do Observatório, fazendo menção especial ao Equatorial fotográfico, atualmente em construção nas oficinas de M. Gauthier. Este instrumento, construído às expensas de S.M. o Imperador D. Pedro II, permitirá ao Observatório do Rio de Janeiro participar do levantamento do mapa celeste, para cujo fim realizou-se em 1887, no Observatório de Paris, um congresso astro-fotográfico internacional.

Único no gênero, em todo o vasto império do Brasil, comprehende-se que a missão reservada ao Observatório Imperial do Rio de Janeiro não se deve limitar exclusivamente à execução de trabalhos de astronomia de posição. Esse estabelecimento deve também dirigir suas investigações para os diferentes ramos das ciências de observação, tais como astronomia física, física do globo, metereologia, etc. Assim é que nestes últimos tempos foram iniciadas pelo Observatório do Rio de Janeiro pesquisas sobre a análise micrográfica do ar, por meio de aparelhos do doutor Miguel, do Observatório de Montsouris.

As fotografias microscópicas, executadas por M. Henri Morize, astrônomo do Observatório, que reproduzem de forma admirável as figuras de Widmanstaetten, as quais podem ser observadas no famoso meteorito holosídero de Bendegó (Bahia, província do Brasil), são dignas de menção especial.

Não podemos igualmente deixar de mencionar as observações sobre a eletricidade atmosférica, as primeiras feitas na América do Sul e iniciadas no observatório do Rio durante este ano (1888). Infelizmente, no que diz respeito a esses trabalhos, bem como aos que se relacionam ao magnetismo terrestre, o local disponível é totalmente deficiente e insuficiente, de maneira que os mesmos só poderão ser seriamente e definitivamente empreendidos no novo local. Queremos lembrar ainda aqui o papel desempenhado pelo Observatório Imperial do Rio de Janeiro na observação da

última passagem de Venus, para a qual foram enviadas três missões científicas: uma à ilha de São Tomás (Antilhas), sob a direção do contra-almirante barão de Teffé, diretor do serviço hidrográfico do Brasil; uma a Pernambuco, chefiada por M. Lacaille, astrônomo do Observatório do Rio; e uma terceira ao estreito de Magellan, sob a direção do Sr. Cruls, diretor do Observatório Imperial do Rio de Janeiro. Essas observações deram à paralaxe do sol o valor 8"808.

Terminaremos esta breve nota sobre o Observatório Imperial do Rio de Janeiro com uma relação das principais publicações que apareceram até o momento: "Annales de l'Observatoire impérial" format grand in-4º, vol. I, II, III, IV; Annuário do Imperial Observatório, format in-12, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889; Revista do Observatório (revista mensal), format gr. in-8º, anos 1886, 1887, 1888, 1889; Bulletin de l'Observatoire impérial, mémoires, notices, etc. etc. (format gr. in-8º, anos 1881, 1882, 1883.)

Serviço Hidrográfico (2). Só em 1859 foi criada uma cadeira de hidrografia na Academia de Marinha do Rio de Janeiro. E só em 30 de junho de 1862 o Ministro da Marinha baixou uma portaria nomeando dois jovens oficiais para retificar a carta da costa do Brasil, e levantar os planos dos portos ao sul do Rio de Janeiro e dando-lhes instruções destinadas a tornar uniforme a escala e a estabelecer o método a seguir. Eu fui um desses oficiais e o outro foi o comandante Vital d'Oliveira. Duas canhoneiras, Ipiranga e Araguary, foram postas à nossa disposição.

Até então os trabalhos hidrográficos se ressentiam dos mesmos incovenientes que se observavam nos que eram realizados no estrangeiro. Consistiam em esforços pessoais dignos de serem estimulados, mas não inspiravam confiança absoluta aos navegadores. E, em 1864, o eminent hidrógrafo francês, contra-almirante Mouchez, escrevia o seguinte ao comandante do Araguary: "Recebi seus belos mapas de Santa Catarina e quero felicitá-lo

(2) Esta parte foi redigida pelo Sr. contra-almirante barão de Teffé, diretor desse serviço.

calorosamente, pois (confesso, cá entre nós) é a primeira vez que vejo um mapa brasileiro realmente bem feito".

O comandante Vital d'Oliveira encarregou-se da parte da costa que se estende do Rio de Janeiro à extremidade meridional do Rio Grande do Sul. Talvez tivéssemos levado a bom termo nossa tarefa se, exatamente no momento em que começávamos a trabalhar com verdadeiro entusiasmo, outros deveres não nos houvessem forçado a renunciar à nossa missão. Acabara de estourar a guerra entre o Brasil e o Paraguai, reclamando-nos e às nossas canhoneiras. Os planos iniciados foram devolvidos aos arquivos, os instrumentos astronômicos e geodélicos voltaram aos seus armários e o canhão e a espada substituiram o teodolito e a luneta meridiana. A guerra não só interrompeu-nos os trabalhos pacíficos como nos roubou o inteligente e ativo chefe da comissão hidrográfica, o comandante Vital d'Oliveira, morto gloriosamente. Durante cinco anos foi impossível pensar em recomeçar êsses trabalhos. Depois da guerra, tive que aceitar missão bem diferente, sendo encarregado de demarcar definitivamente a fronteira do Brasil com o Peru.

Até 1876 a história da hidrografia no Brasil resumiu-se em algumas tentativas isoladas que não deixaram de produzir resultados apreciáveis, alias publicados por iniciativa do governo imperial.

Êsses trabalhos, embora modestos, serviram de base à criação do atual Serviço de Hidrografia, instituído por decreto em 26 de fevereiro de 1876. Com o correr do tempo êsse Serviço tomou um certo impulso. Hoje ali se encontram, nos quinze grandes armários envidraçados e nas quatro bibliotecas que guarnecem os três salões do edifício em que está instalado, cerca de dezesseste mil exemplares de cartas hidrográficas perfeitamente instaladas e classificadas. Os arquivos do Serviço possuem ainda diversas cartas geográficas do século passado e uma importante coleção de autógrafos, sem falar de itinerários da costa e de uma quantidade considerável de brochuras que encerram informações sobre todos os mares.

Eis a lista completa das cartas e dos planos levantados ultimamente: costa e pôrto de Santos; baia de Antonina e Pa-

managuá, baía de Cabo Frio com seus ancoradouros, as angras de Imbetiba e Macaé, os ancoradouros da baía de São Marcos, no Maranhão, os ancoradouros da Ilha Grande, o pôrto e a barra de Lagona, a barra de Itajai, o pôrto de São Francisco do Sul, a barra de Icapara, o canal de Abrolhos com a determinação de novos bancos de coral, etc.

O Serviço Hidrográfico executou igualmente trabalhos hidráulicos de certa importância: foi encarregado de mandar demoler a grande rocha submarina de Outeirinhos, no canal de entrada do pôrto de Santos e de providenciar a desobstrução da barra do pôrto de Cabo Frio.

Em outro plano de idéias procedeu aos estudos sobre o melhoramento do pôrto de Antonina para a estação terminal da estrada de ferro do Paraná e foi consultado sobre a acessibilidade do pôrto do Maranhão para os grandes navios da tonelagem dos paquetes que fazem o serviço entre a América do Norte e o Brasil.

Finalmente, dedicou-se a trabalhos astronômicos, tais como as observações transcendentais realizadas na ilha de São Tomás, nas Antilhas, na ocasião da passagem de Venus (6 de dezembro de 1882). O relatório sobre essa observação mereceu destaque nas notícias da Academia de Ciências de Paris.

O Serviço Hidrográfico possui um único aviso a vapor, constituindo-lhe o pessoal científico dos seguintes oficiais: contra-alminante barão de Teffé, capitão de fragata José Maria do Nascimento, capitão de corveta F. Calheiros da Graça e capitão Arthur Índio do Brasil.

Todos os amigos da ciência fazem votos para que o Parlamento amplie os quadros do Serviço e lhe forneça os meios de dispensar mais um préstimo à navegação de todos os países, confeccionando uma carta exata da imensa costa do império.

Serviço Central de Meteorologia e Administração dos Farós - Foi o imperador D. Pedro em pessoa que forneceu as quantias necessárias à construção do primeiro posto meteorológico, no morro de Santo Antônio no Rio de Janeiro. O Parlamento forneceu créditos para a remuneração do pessoal e despesas gerais. O Serviço Central foi instituído por decreto de 4 de abril de 1888 e funciona há muito pouco tempo para se lhe poderem apreciar os resultados.

A Administração dos Faróis tem a seu cargo toda a iluminação das costas do Brasil, serviço esse muito bem feito, sob a chefia do capitão de fragata P. B. de Cerqueira Lima.

\* \* \*

Ao lado desse ensino superior, ministrado por escolas especiais, existe um ensino mais especial ainda, do qual nos ocuparemos a seguir.

É fornecido por estabelecimentos fundados pelo Estado, pelas Províncias ou por particulares, subvencionados ou não pelas administrações provinciais.

Estabelecimentos do Estado - Segundo o novo regulamento expedido em março de 1889 existem três academias militares: uma no Rio de Janeiro, outra em Pôrto Alegre e outra em Fortaleza. Esta última é um simples externato.

O ensino nessas escolas consiste em dois cursos: o preparatório e o curso de infantaria e cavalaria. O curso preparatório é puramente teórico e dura três anos. O curso de infantaria e de cavalaria dura dois anos.

No Rio acaba de ser criada a Escola Superior de Guerra, externato destinado a fornecer instrução teórica e prática aos oficiais que mais se distinguirem nas academias militares e forem indicados para seguir os cursos superiores. Estes compreendem a artilharia, o estado-maior e engenharia militar. Os cursos de artilharia dividem-se pelos dois primeiros anos e os de estado-maior e engenharia abrangem quatro anos.

De acordo com o novo regulamento, realiza-se todos os anos um concurso perante a assembléia dos professores da Escola superior: três dos melhores alunos são enviados à Europa, depois do concurso, para lá completarem a instrução militar. - A escola de Pôrto Alegre possui, junto ao curso de cavalaria, um curso de artilharia.

A Academia de Marinha do Rio possuia igualmente um curso preparatório, o Colégio Naval; entretanto a Academia e o Colégio fundiram-se em virtude do regulamento de 26 de junho de 1886, formando a Escola Naval. Durante o ano de 1888, freqüenta-

vam o curso superior dessa escola 62 alunos, o curso preparatório 145 e o curso de náutica 3. O curso preparatório comprehende três anos, como o superior. O quarto ano é dedicado a viagens de instrução.

De memória citaremos ainda: a Academia de Belas Artes freqüentada, o ano passado, por 62 alunos e 25 alunos livres; o Conservatório de Música freqüentado em 1887 por 181 alunos e 49 alunos livres; Asilo dos Meninos Desvalidos; Instituto dos Cegos que, em 1887, tinha 56 alunos; Instituto de Surdos-mudos que no mesmo ano tinha 33 alunos, etc. etc.

Estabelecimentos Provinciais - Um certo número de províncias mantém estabelecimentos de ensino técnico razoavelmente bem aparelhados.

A província do Amazonas possui uma escola profissional em que são educados à sua custa e onde recebem instrução elementar e profissional cerca de 150 crianças. A mesma Província tem um Asilo de órfãos e subvenciona generosamente um museu de botânica.

No Pará há igualmente uma escola profissional com 92 alunos internos mantidos pela Província.

Em Minas Gerais encontram-se: na sede, Ouro Preto, um curso de farmácia; em Serro, um pequeno liceu de artes e ofícios; em Piracicaba, uma escola de agricultura.

Em outras Províncias existem estabelecimentos análogos.

Estabelecimentos Particulares - Dois desses estabelecimentos merecem menção especial por sua organização e pelos reais serviços que prestam.

O primeiro está localizado no Rio de Janeiro. Sob o nome de Liceu de Artes e Ofícios agrupou um conjunto de professores extraordinários que ministram o mais variado e completo ensino, sem qualquer remuneração. Tanto estrangeiros como brasileiros ali são admitidos gratuitamente. Dispõe, para o sexo feminino, de cursos admiravelmente organizados e freqüentados por um grande número de moças de todas as classes. Instalado em magni-

fico prédio, provido de coleções e de todo o aparelhamento necessário ao ensino, esse Liceu, obra do Sr. Béthencourt da Silva, é mantido principalmente com recursos de particulares, con quanto o Estado lhe conceda uma subvenção e um dos últimos ministros liberais, o Sr. conselheiro Rodolpho E. de Souza Dantas, haja adquirido uma legítima popularidade ao doá-lo generosamente. Esse Liceu, de que se orgulham com razão os brasileiros, talvez não tenha seu igual e em 1887 foi freqüentado por 2.144 alunos dos dois sexos.

O segundo encontra-se em S. Paulo. É igualmente um Liceu de artes e ofícios que fornece instrução gratuita, todos os anos, a 600 alunos, em média.

Ao terminar, devemos ainda citar a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, do Rio. Seus cursos noturnos e sua escola industrial foram freqüentadas, em 1888, por 157 alunos. Publica há quase sessenta anos uma revista: O Auxiliador da Indústria Nacional, que prestou ao país os melhores serviços.

São essas as indicações sumárias que se podem fornecer sobre a instrução pública no Brasil. Do conjunto de dados que apresentamos, conclui-se que a instrução pública é objeto da preocupação constante e esclarecida de todos os cidadãos e de todas as administrações provinciais e municipais que não transferem esse encargo para o poder central.

Em 1883 foi organizada no Rio de Janeiro uma exposição pedagógica internacional. Essa exposição foi coroada de êxito, muito embora seus organizadores não tivessem podido contar senão com os recursos proporcionados por particulares. Depois dessa exposição estabeleceu-se um museu escolar permanente, mantido pela Associação Mantenedora do Museu Escolar Nacional, que tem como presidente o Conde d'Eu. Esse Museu, que hoje possui 7.000 volumes, numerosas amostras de mobiliário escolar e mais de 900 grupos de objetos, é devido em grande parte à proteção do Conde d'Eu, aos esforços de um ministro liberal, o barão de Loreto, às contribuições de alguns cidadãos generosos e à prodigalidade de um grande número de editores estrangeiros.

Quando se constata tudo o que o Brasil já realizou

pela instrução pública, é legítimo esperar-se que d'oravante o ensino, em todos os níveis, tome um novo impulso. Certamente ainda existem muitas lacunas que precisam ser preenchidas: o ensino técnico ainda não está bastante desenvolvido, nem a instrução geral bastante difundida, as instituições e os mestres são insuficientes sob mais de um aspecto, tanto em número, quanto em capacidade. Mas, se se considera o ponto de partida e os resultados obtidos, é-se forçado a reconhecer que um grande passo foi dado no bom caminho e que o Brasil não está tão grandemente atrasado em relação à civilização européia.

Quadro das despesas votadas para a Instrução Pública  
em todo o Império no exercício financeiro de  
1886-87, segundo a Revista Sul-Americana:

Amazonas .....	290	contos
Para .....	676	"
Maranhão .....	177	"
Piauí .....	54	"
Ceará .....	199	"
Rio Grande do Norte .....	128	"
Paraíba .....	119	"
Pernambuco .....	1.002	"
Alagoas .....	207	"
Sergipe .....	148	"
Bahia .....	561	"
Espírito Santo .....	94	"
Rio de Janeiro (província)	976	"
Rio de Janeiro (cidade) ..	955	"
São Paulo .....	789	"
Paraná .....	163	"
Santa Catarina .....	100	"
Rio Grande do Sul .....	523	"
Minas Gerais .....	968	"
Goiás .....	61	"
Mato Grosso .....	48	"
Total .....	8.238	contos
ou,	23.500.000	francos.